

O CAMPEPINATO E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO CAPITALISMO

Nayara Caetano dos Santos de Mello¹

Janete Stoffel²

Rozane Márcia Triches³

Gilmar Franzener⁴

Palavras-chave: Campesinato; Resistência; Desenvolvimento rural.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o meio rural brasileiro passou por profundas transformações impulsionadas pelo agronegócio e pelo fortalecimento das relações capitalistas no campo. A expansão das commodities agrícolas no século XXI reforçou processos de concentração fundiária, financeirização da terra e intensificação das desigualdades no campo, renovando antigos desafios da questão agrária brasileira (Kato; Leite, 2020). Estes resultados ocorrem ao mesmo tempo em que a ampliação da produção de commodities ocorre com a destruição de matas, em que os agricultores menos capitalizados perdem terras, evadindo do campo e promovendo migração para os centros urbanos (Martins, 2010). Esses movimentos continuam influenciando a organização produtiva e a dinâmica demográfica das áreas rurais brasileiras (Ibge, 2023; Ipea, 2024).

Entretanto, apesar das previsões de desaparecimento do campesinato por conta do capitalismo e o agronegócio, observa-se a permanência de agricultores familiares e camponeses que desenvolvem diferentes estratégias de reprodução social e econômica, enfatizando a diversificação das atividades produtivas, na cooperação e no acesso às políticas públicas, assegurando sua permanência no meio rural (Ferron; Troian; Breitenbach, 2021).

¹Mestranda no PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul, nayara.mello151@gmail.com.

² Professora Doutora, Universidade Federal da Fronteira Sul, janete.stoffel@uffs.edu.br

³ Professora Doutora, Universidade Federal da Fronteira Sul, rozane.triches@gmail.com

⁴ Professor Doutor, Universidade Federal da Fronteira Sul, gfranzener@hotmail.com

A discussão elaborada neste artigo envolve a permanência do campesinato que constitui um importante campo de estudo para a compreensão do desenvolvimento rural sustentável. No entanto, a realidade agrária brasileira demonstra que o campesinato continua presente sendo resistente, onde ele desenvolve diferentes formas de reprodução social e econômica. Nesse contexto, as contribuições de Alexander Chayanov (1974), José de Souza Martins (1981; 2010) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) tornam-se fundamentais para compreender a permanência e a resistência dos camponeses no interior do capitalismo.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca discutir as formas de resistência do campesinato dentro do capitalismo e sua contribuição para a construção de modelos de desenvolvimento rural sustentável.

DESENVOLVIMENTO

O debate sobre a permanência do campesinato no capitalismo encontra em Alexander Chayanov (1974), José de Souza Martins (2010) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) importantes contribuições teóricas para a compreensão da questão agrária. Embora cada autor tenha sua forma de debate e interligue esses assuntos para seus temas específicos, os três autores convergem ao questionar interpretações que previam o desaparecimento inevitável do campesinato diante da expansão das relações capitalistas, onde como esse campesinato no campo está inserido e de que forma ele consegue persistir em sua forma de fazer agricultura e de se relacionar com a sociedade diante do desenvolvimento agrário.

Chayanov (1974) desenvolveu uma das principais interpretações sobre a racionalidade econômica camponesa ao analisar a unidade econômica familiar. Para o autor, a produção camponesa não segue a lógica capitalista de maximização do lucro, mas é organizada a partir do equilíbrio entre as necessidades de consumo da família e sua capacidade de trabalho. Nesse sentido, o trabalho familiar constitui o principal elemento de organização da produção, fazendo com que a unidade camponesa apresente uma racionalidade própria, não buscando apenas a lucratividade para seu aumento de bens materiais e enriquecimento, mas também busca uma forma de produção familiar com ênfase em sustentabilidade e produção de alimento de qualidade. A permanência do campesinato estaria relacionada justamente à sua capacidade de adaptar a produção

às necessidades familiares, garantindo sua reprodução social mesmo em contextos econômicos adversos.

Enquanto Chayanov (1974) concentra sua análise na organização interna da unidade camponesa, José de Souza Martins (1981; 2010), desloca o debate para os processos históricos e sociais que marcam a questão agrária brasileira. Em *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Martins (1981) demonstra que o campesinato não pode ser compreendido apenas como uma categoria econômica, mas como um sujeito social e político inserido em relações de conflito. A expansão do capitalismo no campo produz processos de expropriação, expulsão de trabalhadores rurais e concentração fundiária, onde grandes proprietários de terras realizam a compra de pequenas propriedades e retiram aquela unidade familiar do campo, gerando constantes disputas pelo acesso à terra. Para o autor, a luta camponesa emerge como forma de resistência diante das contradições do desenvolvimento capitalista.

Essa interpretação é aprofundada em *O Cativo da Terra*, obra na qual Martins (2010) analisa como a terra se transforma em mercadoria no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O autor argumenta que a concentração da propriedade fundiária constitui um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no campo. Nesse contexto, a questão agrária deixa de ser apenas um problema econômico e passa a representar também uma disputa política e social em torno do acesso aos meios de produção e da permanência dos trabalhadores na terra, onde frequentemente ocorre o êxodo rural, pequenas propriedades de agricultura familiar deixam o campo por não ter direitos e acesso a políticas que façam com que esse grupo permaneça no campo.

Dialogando com essas interpretações, Oliveira (2007) argumenta que o desenvolvimento capitalista da agricultura ocorre de forma contraditória. Diferentemente das teorias que previam a completa proletarianização dos trabalhadores rurais, o autor demonstra que o capitalismo recria continuamente formas camponesas de produção. Ao mesmo tempo em que subordina os agricultores familiares aos mercados e às dinâmicas do capital, o sistema também necessita de sua existência para garantir determinados processos produtivos e formas de ocupação territorial. Dessa maneira, a permanência do campesinato não representa um resíduo de formas pré-capitalistas, mas uma expressão das próprias contradições do desenvolvimento capitalista no campo.

A análise conjunta desses autores permite compreender que o campesinato permanece como categoria social relevante na contemporaneidade. Para Chayanov (1974), essa permanência está associada à racionalidade econômica da unidade familiar; para Martins (1981; 2010), às lutas sociais e aos processos de resistência frente à expropriação; e para Oliveira (2007), às contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista da agricultura. Em conjunto, suas contribuições demonstram que o campesinato não desaparece com o avanço do capitalismo, mas se recria continuamente por meio de diferentes estratégias econômicas, sociais e políticas.

Dessa forma, a agricultura camponesa pode ser compreendida não apenas como uma forma de produção, mas como uma expressão de resistência social que busca garantir autonomia, acesso à terra e condições de reprodução da vida no meio rural.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

A análise dos autores realça que o campesinato se mantém como um ator social no desenvolvimento rural brasileiro. Compreender esta estrutura social, que persiste na sociedade contemporânea, é fundamental para entender a história da agricultura e como ela se desenvolve perante os dias atuais. As unidades familiares camponesas procuram um modo de vida que transcende apenas crescimento do rendimento e a lucratividade do produto, desenvolve uma agricultura familiar que todos aprendem a produzir na terra e a cuidá-la, esse cuidado dos camponeses constitui um sistema profundamente enraizado na história da agricultura brasileira.

Além disso, a literatura demonstra que a persistência do campesinato está ligada a estratégias de resistência contra processos de concentração fundiária e de expropriação através dos quais a terra é transformada em mercadoria, bem como à capacidade de adaptação às mudanças econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

A análise das contribuições de Chayanov (1974), José de Souza Martins (1981; 2010), e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) permite compreender que o campesinato permanece como importante sujeito social no campo, mesmo diante da expansão das relações capitalistas. e o avanço da agricultura convencional.

Conclui-se que a permanência do campesinato não representa uma anomalia do desenvolvimento capitalista, mas uma expressão das contradições presentes na própria

dinâmica de expansão do capital no campo. Dessa forma, o estudo desses autores continua fundamental para a compreensão da questão agrária brasileira e das formas contemporâneas de resistência camponesa, que não deixam de existir e permanecem no campo brasileiro mesmo sem leis que façam eles permanecerem no campo.

Financiamento: Capes

REFERENCIAS

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FERRON, Jeferson da Luz; TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Agricultura familiar e reprodução social: estratégias dos assentados de Santana do Livramento/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 19, n. 57, p. 138–155, 2021. DOI: 10.21527/2237-6453.2021.57.11763.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise: desenvolvimento rural.** Brasília, DF: Ipea, 2024.

KATO, Karina Yoshie Martins; LEITE, Sergio Pereira. Land grabbing,. **Financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil.** *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 452-483, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.